



EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº135/2013
CARTA CONVITE Nº001/2013
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA/MG**, com sede na Rua Vigário Antunes, nº155, bairro Centro, em Itapeçerica/MG, por meio da Comissão Permanente de Licitações, nomeada e designada pela Portaria nº. 001/2013, torna público que está aberto o presente certame licitatório na modalidade **CARTA CONVITE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO**, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/93, e alterações posteriores, com a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais disposições legais regulamentares vigentes a ela aplicáveis, bem como as normas e condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e em seus anexos, os quais fazem parte integrante deste Instrumento convocatório para todos os efeitos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços e consultoria contábeis conforme descrição abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/DETALHAMENTO DO OBJETO
01	<i>Prestação de Serviços Contábeis e Consultoria Contábil, incluindo a responsabilidade sobre a execução orçamentária, o acompanhamento da execução financeira e patrimonial, com a responsabilidade técnica contábil, junto aos Órgãos Fiscalizadores, inclusive no Conselho Regional de Contabilidade - CRC - MG e assessoria na elaboração de relatórios para envio aos Órgãos de Controle Externos.</i>

1.2 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

1.2.1. Os serviços serão prestados na sede da Prefeitura Municipal de Itapeçerica/MG, de segunda a sexta-feira, no horário de 12h00 às 18h00.

2. DA DATA DE HORÁRIOS DO CERTAME

2.1. O prazo para protocolo dos envelopes: 001 (documentos e habilitação) e 002 (propostas) será até as 13h00min do dia 19 de março de 2013.

2.2. A sessão de análise e julgamento da documentação e das propostas dos demais atos inerentes ao certame terá início às 13h30min do dia 19 de março de 2013, na sala da Diretoria de Licitações da Prefeitura Municipal de Itapeçerica/MG, na Rua Vigário Antunes nº 155, 2º andar, centro, em Itapeçerica/MG.



2.3. O Edital e seus Anexos estão disponíveis na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA, à Rua Vigário Antunes no horário de 12h00min as 18h00min horas, em dias úteis e no site www.itapeçerica.mg.gov.br. Informações adicionais poderão ser solicitadas à Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal, no endereço mencionado, pelo telefone (37) 3341-8517 ou através do site: www.itapeçerica.mg.gov.br.

3- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1. Poderão participar da presente licitação as empresas convidadas que atuem no ramo de Serviços Contábeis bem como as demais empresas interessadas desde que sejam cadastradas na correspondente especialidade, na unidade promotora deste certame, ou as que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até vinte e quatro horas anterior à data do recebimento das propostas.

3.2. **Os interessados não cadastrados deverão cadastrar-se com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento das propostas.**

4 – DO CREDENCIAMENTO (deverá ser apresentado por fora dos envelopes)

4.1. O licitante que não puder comparecer às sessões poderá fazê-lo por meio de preposto com poderes expressos para acompanhar todo o processo licitatório, mediante a apresentação da Carta de Credenciamento (modelo em anexo), que deverá ser entregue à Presidente da Comissão Permanente de Licitações no início da reunião.

4.1.1. Os prepostos deverão apresentar no ato da entrega dos envelopes e junto à Carta de Credenciamento, cópia de sua respectiva Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

4.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, com poderes para praticar todos os atos pertinentes ao certame em nome do proponente. **MODELO DE CREDENCIAMENTO** anexo.

4.3. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

5 – DA HABILITAÇÃO

5.2. As empresas deverão apresentar a documentação abaixo relacionada no envelope nº. 001, fechado, com os seguintes dizeres em sua parte externa:

<p>À Comissão Permanente de Licitações Prefeitura Municipal de Itapeçerica/MG Processo Licitatório nº. 135/2013 Carta Convite nº 001/2013 Razão Social da Empresa: Envelope nº. 001 Documentos de Habilitação</p>
--

5.3. O Envelope nº 01 – **DOCUMENTAÇÃO** deverá conter os seguintes documentos **em original ou cópia autenticada:**



5.3.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

5.3.1.1. Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor da empresa, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores;

5.3.1.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

5.3.1.3. Decreto de autorização, devidamente arquivado, para empresa ou sociedade estrangeira já em funcionamento no Brasil;

5.3.2. Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Federal;

5.3.3. Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;

5.3.4. Certidão Negativa de Débito com a Fazenda do Município onde estiver estabelecida a licitante;

5.3.5. Certidão Negativa de Débito (CND), perante o INSS, com validade na data de realização da licitação;

5.3.6. Certidão de Regularidade Fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com validade na data de realização da licitação;

5.3.7. Prova de regularidade fiscal trabalhista – Certidão Negativa de Débito Trabalhista-CNDT;

5.3.8. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.3.9. Declaração de que a empresa não é empregadora de menores infringindo os termos do inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal (modelo anexo);

5.3.10. Indicação dos profissionais (Contadores) que poderão executar os serviços pela empresa a qual deverá estar acompanhada do **Registro dos mesmos na entidade profissional competente;**

5.3.11. Comprovação de que a empresa possui experiência em prestação de serviços contábeis em Órgãos Públicos Municipais.

5.4. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original, ou por meio de qualquer processo de cópia autenticada em cartório ou pela Comissão Permanente de Licitações, mediante apresentação dos originais para confronto, exceto aqueles documentos disponibilizados na internet. O licitante que optar por apresentar os documentos originais, estes deverão estar acompanhados de suas respectivas cópias para que a Comissão proceda à autenticação e à devolução dos documentos originais.



5.5. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DE HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.5.1 As Empresas de Pequeno Porte e Microempresa querendo usufruir o direito concedido pela Lei Complementar 123/06, deverão apresentar também a **Declaração de Enquadramento (Modelo Anexo)**

5.5.2. As licitantes que se declararem microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº. 123/2006 e do Decreto Federal nº. 6.204/2007, não poderão ser inabilitadas em razão de irregularidades quanto aos documentos fiscais apresentados, deverão, entretanto apresentar toda a documentação exigida mesmo que esta apresente alguma restrição, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a elas será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.5.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 10.6.3. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. O envelope de nº. 002, contendo a Proposta de Preços e os documentos que a instruírem, deverá ser apresentado no local, dia e hora determinados, em envelope devidamente lacrado e rubricado no fecho, e conter em sua parte externa, os dizeres:

**À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA/MG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2013
CARTA CONVITE N 001/2013
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:
ENVELOPE Nº. 002
PROPOSTA DE PREÇO**

6.2. A Proposta de Preços deverá:

6.2.1. Ser apresentada datilografada ou digitada e em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, preferencialmente em papel timbrado do proponente, devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu representante legal.

6.2.2. Indicar nome do proponente, endereço completo, bem como, nome, e CPF de quem assina pela proponente.

6.2.3. Ser apresentada com cotação de preços, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso.

6.2.4. Deverá conter ainda as condições da prestação dos serviços e de pagamento, bem como o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a



contar da data de sua apresentação.

6.2.5. Conter preço unitário e total conforme MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS, constante em Anexo deste Edital. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e, entre os expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último.

6.2.6. Conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.3. Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os respectivos serviços serem prestados à Prefeitura sem ônus adicionais.

6.4. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7 - DA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, forem omissas ou apresentarem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento. E, ainda:

7.2. Contidas em envelope aberto, transparente, com rasuras, ou que de qualquer forma possa caracterizar a sua inviolabilidade;

7.3. Que não atenderem aos objetivos ou "regras específicas" deste certame ou que transgridam a legislação vigente;

7.4. Que apresentarem valores que tornem os preços inexeqüíveis na forma da lei ou apresentarem valores superiores ao limite estabelecido neste certame, conforme pesquisa de mercado previamente realizada.

8 - DOS PREÇOS

8.1. Nos preços deverão estar inclusas todas as despesas com encargos sociais e trabalhistas, seguros em geral, dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, custos diretos e indiretos, tributos incidentes e demais despesas resultantes da execução do contrato.

9 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

9.1. O julgamento das propostas é ato privativo da Comissão Permanente de Licitações e se dará em conformidade com o procedimento contido no artigo 43 da Lei Federal nº. 8.666/93.

9.2. O julgamento obedecerá ao critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

9.3. Não serão consideradas para efeito de julgamento, propostas de preços que não estiverem de acordo com as condições deste Edital;

9.4. Na ocorrência de empate, nos termos da Lei Complementar nº. 123/06 será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;



9.5. Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço proposto;

9.6. A preferência será concedida da seguinte forma:

9.6.1. Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto a seu favor;

9.6.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.6.3. Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes que, porventura, se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.6.4. Excetuando-se o benefício concedido às EPP's e ME's, em caso de absoluta igualdade de preços e vantagens entre as propostas, a classificação dar-se-á por sorteio em conformidade com a Lei Federal nº. 8.666/93.

9.7. A Administração reserva-se o direito de adjudicar, no total ou em parte, o objeto da presente licitação, bem como rejeitar as propostas apresentadas, no total ou em parte, observando os critérios das melhores condições para o Município e justificado interesse público.

9.8. O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

9.9. A Comissão, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, observadas na documentação e proposta apresentadas, desde que não contrariem a legislação vigente e que não comprometam a lisura da licitação.

10 - DO PROCEDIMENTO

10.1. No dia, local e hora designados no preâmbulo deste Instrumento Convocatório em ato público, a Comissão iniciará os trabalhos, examinando os envelopes “Documentos de Habilitação” e “Proposta”, os quais serão rubricados pela Comissão e pelos representantes presentes na sessão, procedendo-se a seguir, à abertura do envelope “Documentos de Habilitação”.

10.2. Os documentos contidos nos envelopes nº. 001 serão examinados e rubricados pela Comissão e pelos representantes das licitantes presentes à sessão.

10.3. Serão inabilitadas as proponentes que deixarem de atender ou não preencherem os



requisitos de habilitação previstos neste instrumento convocatório.

10.4. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de novas propostas, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou a desclassificação.

10.5. A Comissão, a seu critério exclusivo, poderá suspender a reunião afim de que tenha melhores condições de analisar os documentos apresentados ou, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, marcando, na oportunidade, nova data e horário que voltará a reunir-se com os interessados, ocasião em que apresentará o resultado da questão em exame.

10.6. Encerrada a fase de habilitação, pelo julgamento definitivo dos recursos, se for o caso, ou pela renúncia expressa das licitantes ao direito de recorrer, a Comissão de Licitações devolverá os envelopes proposta das empresas inabilitadas, cujos representantes retirar-se-ão da sessão, ou nela poderão permanecer somente como ouvintes.

10.7. O julgamento das propostas dar-se-á no mesmo dia, horário e local acima descritos, desde que todos os licitantes participantes do certame manifestem expressamente o consentimento da dispensa do prazo recursal da fase de habilitação, ou em 02 (dois) dias úteis, conforme previsão legal.

10.8. Não estando presentes todos os licitantes e/ou havendo interposição de recurso, a data da sessão de julgamento das propostas será designada pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitações que informará aos interessados.

10.9. Todos os atos e ocorrências e ou qualquer declaração/manifestação serão constados em ata, de forma circunstanciada, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes presentes.

11 – DOS RECURSOS

11.1. Da decisão da Comissão Permanente de Licitações que habilitar ou inabilitar licitantes e classificar ou desclassificar propostas ou do julgamento propriamente dito, caberá recurso, nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93.

11.2. Os recursos administrativos, bem como as impugnações, deverão ser interpostos no prazo legal, dirigidos ao Prefeito Municipal de Itapeçerica, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações, devendo ser protocolados no setor de protocolo da Prefeitura, à Rua Vigário Antunes, 155, centro, em Itapeçerica/MG, no horário de 12h00min as 18h00min horas.

11.3. Os recursos administrativos, bem como as impugnações, poderão ser interpostos por meio do fax (37)3341-8508, ficando os recorrentes/impugnantes obrigados a apresentar os originais dentro do prazo de recurso, sob pena de desconhecimento dos mesmos pela Comissão.



11.4. Quando da sessão de julgamento dos documentos e habilitação e/ou das propostas de preços as licitantes que estiverem de acordo com as decisões tomadas pela Comissão e que não tiverem a intenção de recorrer do resultado de tais julgamentos, poderão apresentar “Termo de Renúncia do Prazo Recursal”, para que a Comissão possa passar à próxima fase do procedimento, obedecendo aos termos do artigo 43 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

11.4.1. Após o conhecimento dos atos praticados e das decisões tomadas pela Comissão de Licitação, os licitantes que queiram expressamente desistir do prazo recursal poderão utilizar o modelo anexo de termo de renúncia ao prazo recursal.

12 – DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso sobre o resultado do julgamento das propostas, ou após o julgamento dos recursos interpostos, o processo de licitação será encaminhado pela Comissão à Autoridade Competente, para apreciação e homologação.

12.2. Uma vez homologado o resultado da licitação, será feita a divulgação do ato homologatório através de afixação do mesmo no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal, no rol de entrada da Prefeitura.

12.3. Julgadas as propostas vencedoras, incumbirá à Autoridade Competente:

- a)** determinar a emenda de irregularidade sanável se houver, no processo licitatório;
- b)** homologar o resultado, autorizando a adjudicação do objeto licitado do primeiro classificado;
- c)** revogar a licitação se for o caso, sob razões de conveniência ou oportunidade, em função de interesse público;
- d)** anular a licitação se for o caso, por vício comprometedor da legalidade do certame.

13 – DO CONTRATO

13.1. A empresa vencedora firmará contrato com o MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA de acordo com a Minuta de Contrato anexa e conforme as condições deste Edital.

13.2. A adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos a contar do comunicado expedido pela Administração. A recusa injustificada da proponente vencedora em assinar o contrato no prazo previsto, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas no Capítulo IV, sessão II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

13.3. Nos termos do parágrafo 2º do artigo 64 da Lei Federal nº. 8.666/93 poderá a Administração, quando a convocada não aceitar ou não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação do artigo 81 da legislação citada.

13.4. Como condição para celebração do contrato ou documento equivalente, o licitante vencedor obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com



as obrigações com ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

13.5. O contrato decorrente da presente licitação poderá ser alterado nos casos e condições previstas no artigo 65, inciso I, letra “b”, da Lei Federal nº. 8.666/93, mediante Termo Aditivo.

13.6. O contrato poderá ser acrescido ou suprimido dentro dos limites previstos no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, ficando a contratada obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, podendo a supressão exceder tal limite por acordo entre as partes.

13.8. A vigência do contrato fica adstrita ao exercício de 2012 e terá como termo inicial a data de sua assinatura.

14 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. As seguintes sanções poderão ser aplicadas aos concorrentes e à licitante contratada, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Prefeitura Municipal de Itapeçerica:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão do direito de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Itapeçerica por período de até 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade.

14.2 Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo em que seja garantido o contraditório e a ampla defesa.

14.3 A aplicação da penalidade ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

14.4 Das penalidades de que tratam as alíneas “a” a “d” cabe recurso ou pedido de representação, conforme o caso, na forma do item específico constante deste Edital.

14.5 A penalidade de advertência será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério da Prefeitura Municipal de Itapeçerica, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade.

14.6 A penalidade de multa será aplicada nos seguintes casos e proporções:

a) recusa injustificada da adjudicatária em assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido: 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

b) atraso na prestação dos serviços, objetos desta licitação, em relação ao prazo estipulado: 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) sobre o valor do serviço não executado, por dia de atraso, limitado a 10% (dez por cento);

c) ocorrência de qualquer outro tipo de inadimplência não abrangido pelas alíneas anteriores: 10% (dez por cento) do valor do contrato para cada evento.



14.6.1 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

14.6.2 As multas deverão ser recolhidas na conta bancária indicada pela Prefeitura Municipal de Itapeçerica, mediante Comprovante de Recolhimento, no prazo de 05(cinco) dias a contar da intimação, podendo a Prefeitura Municipal de Itapeçerica descontá-las, na sua totalidade ou em parte, do faturamento da contratada.

14.6.3 O valor total das multas, aplicadas na vigência do contrato, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu valor global.

14.7 A licitante ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Itapeçerica e/ou Administração Pública pelo prazo de até 2(dois) anos, garantido o direito de prévia defesa da interessada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação pela mesma autoridade que a determinou, no caso de incorrer em uma ou mais irregularidades descritas a seguir:

14.7.1 ensejar o retardamento da execução do certame;

14.7.2 deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;

14.7.3 não manter a proposta;

14.7.4 recusar injustificadamente a assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido;

14.7.5 fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.7.6 comportar-se de modo inidôneo;

14.7.7 falhar ou fraudar na execução do serviço.

15 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. Os serviços serão prestados na sede da Prefeitura Municipal de Itapeçerica/MG, de segunda a sexta-feira, no horário de 12h00 às 18h00.

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos serão feitos até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a entrega da respectiva Nota Fiscal.

16.2. O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Contratante através de cheque, Transferência Eletrônica (TED) ou depósito em Conta Bancária indicada pela Contratada

16.3. Serão retidos, quando do pagamento, os valores correspondentes aos Tributos, quando devidos (exemplo: ISS, IRRF e INSS).

16.4. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa A NF será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.



16.5. O pagamento estará condicionado, ainda, à apresentação, por parte da empresa contratada, das certidões de regularidade perante o INSS, FGTS e a Fazenda Municipal de sua respectiva sede.

17 – DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

17.1. Os preços não são reajustáveis.

17.2. Havendo mudanças ocorridas após a assinatura do contrato e que, comprovadamente, venham repercutir nos preços contratados e caso haja pedido de reequilíbrio de preços do contrato, o mesmo será aceito se devidamente justificados e acompanhado de documentos comprobatórios da necessidade da revisão dos preços, conforme Lei 8.666/93, artigo 65, inciso II, alínea “D”.

18 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. O custeio das despesas oriundas da contratação objeto deste certame será atendido no exercício do ano de 2013, com os recursos do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapeçerica provenientes da seguinte dotação orçamentária: Ficha: 91 (02.06.01.04.122.2027 – 3.3.90.39.00), Fonte: 1.00 Recursos Ordinários

19 – DOS PRAZOS

19.1. - O prazo para iniciar os serviços contratados será imediatamente à assinatura do contrato.

19.2. O prazo de validade das propostas apresentadas não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura de seu respectivo envelope.

19.3. Decorridos os 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas sem convocação para assinatura de contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

20 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. O preço proposto deverá ser líquido, não sendo consideradas quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital.

21.2. Quando houver divergência entre o valor unitário e o global, prevalecerá o primeiro; havendo divergência entre o valor em algarismos e o grafado por extenso, prevalecerá o último.

21.3. Estará ressalvado à Prefeitura, por despacho fundamentado pelo Sr. Prefeito Municipal, revogar a presente licitação, de acordo com legislação vigente.

21.4. Fica assegurado à Prefeitura o direito de anular esta licitação por motivo de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que caiba qualquer indenização aos licitantes.

22 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Qualquer modificação no Edital exigirá divulgação pela mesma forma de que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a retificação não alterar a formulação das propostas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016

Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

22.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder à abertura dos envelopes, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

22.3. Os casos omissos serão decididos pela Comissão, de acordo com a Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações posteriores.

22.4. Acompanham este Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Minuta de Contrato Administrativo

Anexo II – Modelo de Proposta

Anexo III – Modelo de Carta de Credenciamento

Anexo IV – Modelo de Termo de Renúncia ao Prazo Recursal

Anexo V – Modelo Declaração Micro empresa

Anexo VI - Modelo de Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do Inciso IV, do Artigo 87, da Lei nº. 8.666/93

Anexo VI – Modelo de declaração de que atende ao disposto na lei federal nº 9.854/99.

23 – DO FORO

23.1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes do presente Edital, as quais não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito como foro competente o da comarca de Itapeçerica/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Itapeçerica – MG, 08 de março de 2013.

Stella Souza Arantes

Presidente da Comissão Permanente de Licitações



**ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 135/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2013**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA – MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.308.742/0001-44, com sede na Rua Vigário Antunes, 155, nesta cidade de Itapeçerica, Estado de Minas Gerais, neste ato devidamente representado, nos termos do Decreto nº. 001/2011, de 04 de janeiro de 2011, através da Secretaria Municipal de, pelo Secretário Sr., inscrito no CPF/MF sob o nº., doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa....., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na nº, Bairro, CEP, na Cidade de, Estado de, neste ato representado pelo, inscrito no CPF sob o nº., doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõem a Constituição Federal e as normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato e o fazem nos termos do Processo Licitatório nº 135/2013, Carta Convite nº 001/2013 e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços contábeis e consultoria contábil, compreendendo:

1.1.1. responsabilidade sobre a execução orçamentária;

1.1.2. acompanhamento da execução financeira e patrimonial;

1.1.3. responsabilidade técnica contábil, junto aos Órgãos Fiscalizadores, inclusive no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – MG e;

1.1.4. assessoria na elaboração de relatórios para envio aos Órgãos de Controle Externos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. Pela execução dos serviços pagará o CONTRATANTE á CONTATADA o valor mensal de R\$......(.....).



2.2. Nos preços deverão estar inclusas todas as despesas com encargos sociais e trabalhistas, seguros em geral, dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, custos diretos e indiretos, tributos incidentes e demais despesas resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços serão prestados na sede da Prefeitura Municipal de Itapeçica/MG, de segunda a sexta-feira, no horário de 12h00 às 18h00.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Cumprir fielmente as condições e especificações contidas neste contrato, executando integralmente os serviços, dentro dos prazos estabelecidos e responsabilizar-se pela qualidade dos mesmos, diligenciando no sentido de que sejam executados segundo a melhor técnica aplicável.

4.2 Arcar com todas as despesas oriundas da execução do contrato, tais como: encargos sociais e trabalhistas, obrigações tributárias, bem como alimentação, hospedagem e transporte da equipe técnica que executará os serviços.

4.3 Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem prévia aceitação do Município.

4.4 Manter atualizado junto Município, durante a execução do contrato, a Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS e o Certificado de Regularidade do FGTS, e demais condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, substituindo qualquer documento que vier a perder a validade.

4.5 Utilizar na execução dos serviços contratados, profissionais com conhecimentos técnicos especializados compatíveis com as obrigações assumidas, guardando confidencialidade das informações levantadas durante a execução dos mesmos.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1 A prestação dos serviços será fiscalizada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.

5.2 A fiscalização será realizada, visando garantir as condições de regularidade, continuidade, eficiência, pontualidade e segurança dos serviços, podendo a Prefeitura tomar quaisquer decisões para assegurar a prestação adequada dos serviços, inclusive rescisão contratual.

CLÁUSULA SEXTA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Efetuar o pagamento ajustado;

6.2. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.



CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

7.1. A vigência do contrato terá como termo inicial a data de sua assinatura até a data de 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Ficha 91 (02.06.01.04.122.2027 – 3.3.90.39.00)

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. O contrato decorrente da presente licitação poderá ser alterado nos casos e condições previstas no artigo 65, inciso I, letra “b”, da Lei Federal nº. 8.666/93, mediante Termo Aditivo.

9.2. O contrato poderá ser acrescido ou suprimido dentro dos limites previstos no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, podendo a supressão exceder tal limite por acordo entre as partes.

9.3. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PRAZOS

10.1. - O prazo para iniciar os serviços contratados será imediatamente à assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. Durante o período de contratação, o Contratante reserva-se no direito da rescisão e/ou alteração unilateral do contrato, segundo os melhores interesses públicos.

11.2. A rescisão contratual poderá ser:

11.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores;

11.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

11.3. A inexecução total ou parcial do contrato por parte da Contratada enseja sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas na cláusula nona deste contrato.

11.4. A rescisão contratual de que trata o inciso I do artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores acarreta as conseqüências previstas no artigo 80, incisos I a IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.



PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- ALTERAÇÃO

12.1. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Sem prejuízo da reparação dos danos causados à Prefeitura Municipal de Itapeçerica: as seguintes sanções poderão ser aplicadas à contratada:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão do direito de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Itapeçerica por período de até 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade.

13.2 A penalidade de advertência será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério da Prefeitura Municipal de Itapeçerica, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade.

13.3 A penalidade de multa será aplicada nos seguintes casos e proporções:

I- atraso na prestação dos serviços, objetos desta licitação, em relação ao prazo estipulado: 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) sobre o valor do serviço não executado, por dia de atraso, limitado a 10% (dez por cento);

II- Falha na prestação dos serviços ou outro tipo de inadimplência que comprometa a execução dos serviços 10% (dez por cento) do valor do contrato.

13.3.1. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

13.3.2. As multas deverão ser recolhidas na conta bancária indicada pela Prefeitura Municipal de Itapeçerica, mediante Comprovante de Recolhimento, no prazo de 05(cinco) dias a contar da intimação, podendo a Prefeitura Municipal de Itapeçerica descontá-las, na sua totalidade ou em parte, do faturamento da contratada.

13.3.3. O valor total das multas, aplicadas na vigência do contrato, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu valor global.

13.4. A Contratada ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Itapeçerica e/ou Administração Pública pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantido o direito de prévia defesa da interessada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação pela mesma autoridade que a determinou, no caso de falhar na prestação dos serviços ou fraudar a execução do contrato



13.5 Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo em que seja garantido o contraditório e a ampla defesa.

13.6 A aplicação da penalidade ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

PARÁGRAFO ÚNICO: Será considerado justificado o inadimplemento, nos seguintes casos:

I - acidentes que impliquem retardamento na prestação dos serviços ou na adequação dos mesmos, sem culpa da CONTRATADA;

II - falta ou culpa do CONTRATANTE;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

14.1. Os preços não são reajustáveis.

14.2. Havendo mudanças ocorridas após a assinatura do contrato e que, comprovadamente, venham repercutir nos preços contratados e caso haja pedido de reequilíbrio de preços do contrato, o mesmo será aceito se devidamente justificados e acompanhado de documentos comprobatórios da necessidade da revisão dos preços, conforme Lei 8.666/93, artigo 65, inciso II, alínea “D”.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento do objeto deste contrato será feito até o 10º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços mediante a apresentação das notas fiscais.

15.2. O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Contratante através de cheque, Transferência Eletrônica (TED) ou depósito em Conta Bancária indicada pela Contratada

15.3. Serão retidos, quando do pagamento, os valores correspondentes aos Tributos, quando devidos (exemplo: ISS, IRRF e INSS).

15.4. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa A NF será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

15.5. O pagamento estará condicionado, ainda, à apresentação, por parte da empresa contratada, das certidões de regularidade perante o INSS, FGTS e a Fazenda Municipal de sua respectiva sede.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA BASE LEGAL

16.1. - O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666/93, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.



PARÁGRAFO ÚNICO - Integram e completam o presente TERMO DE CONTRATO para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os termos, as condições do Processo Administrativo de Licitação CARTA CONVITE n.º 001/2012, anexos e pareceres que formam o procedimento licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação do resumo deste contrato em mural, órgão oficial de imprensa do Município, em conformidade com o Art. 93 da Lei Orgânica Municipal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda n.º. 02/2003 de 29/01/2003.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DO FORO

18.1. Elegem as partes o foro da Comarca de Itapeçerica-MG, como competente e exclusivo para dirimir quaisquer dúvidas que porventura originarem do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem justas e contratadas, assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais.

Itapeçerica/MG,..... de de 2013.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunha:

Nome:
CPF:

Testemunha:

Nome:
CPF:

Visto: _____

Dr. Edson Araújo Rios
OAB/MG 997-A
Secretário Jurídico Municipal



ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 135/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2013
TIPO: MENOR PREÇO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL**

Constitui objeto da presente PROPOSTA a prestação de serviços contábeis e consultoria contábil, compreendendo:

1. responsabilidade sobre a execução orçamentária;
2. acompanhamento da execução financeira e patrimonial;
3. responsabilidade técnica contábil, junto aos Órgãos Fiscalizadores, inclusive no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – MG e;
4. assessoria na elaboração de relatórios para envio aos Órgãos de Controle Externos.

Pela execução dos serviços prestados apresentamos nossa proposta no valor de R\$......(.....) a serem pagos mensalmente conforme descrito no edital.

Nos preços estão inclusas todas as despesas oriundas da execução do contrato, tais como: encargos sociais e trabalhistas, obrigações tributárias, bem como alimentação, hospedagem e transporte da equipe técnica que executará os serviços.

DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados na sede da Prefeitura Municipal de Itapeçerica/MG, de segunda a sexta-feira, no horário de 12h00 às 18h00.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

Declaramos expressamente que os preços da proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: transportes, alimentação e encargos patronais dos prestadores do serviço que serão de responsabilidade da Empresa contratada.

Estamos cientes que a apresentação desta proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas no instrumento convocatório.

Local e Data. _____ Assinatura do responsável pela empresa
ou preposto Nome completo e CPF Função (proprietário, sócio-gerente, diretor, etc.)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEÇERICA
ADM 2013/2016
Rua Vigário Antunes, 155 – Centro – 35.550-000 – Tel. (37)3341-8500

ANEXO III - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 135/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2013
TIPO: MENOR PREÇO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL**

OBJETO: prestação de serviços contábeis e consultoria contábil, compreendendo: responsabilidade sobre a execução orçamentária; acompanhamento da execução financeira e patrimonial; responsabilidade técnica contábil, junto aos Órgãos Fiscalizadores, inclusive no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – MG e assessoria na elaboração de relatórios para envio aos Órgãos de Controle Externos.

Pela presente, credenciamos o (a) Sr (a) -----
portador(a) da Carteira de Identidade nº ----- e CPF nº -----
--, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade _____ nº ____ instaurado
por esta Prefeitura.

Na qualidade de representante legal da Empresa -----
-----, outorga-se ao (a) acima credenciado(a), amplos poderes para junto à Prefeitura
Municipal de Itapeçerica/MG praticar todos os atos necessários para representar a outorgante
na licitação acima referida usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes,
ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los e praticar demais atos
inerentes ao certame como, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar
quitação, dando tudo por bom firme e valioso.

-----, de ----- de 2013.

Assinatura do responsável pela empresa ou preposto
Nome completo e CPF
Qualificação (proprietário, sócio-gerente, diretor, etc.)

CARIMBO DE CNPJ DA EMPRESA



ANEXO IV - MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA AO PRAZO RECURSAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 135/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2013
TIPO: MENOR PREÇO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL**

OBJETO: O objeto desta licitação é selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de empresa de Prestação de Serviços Contábeis e Consultoria Contábil para a Prefeitura Municipal de Itapeçerica.

A Proponente abaixo assinada, participante da licitação modalidade Carta Convite nº001/2013, na forma e sob as penas impostas pela Lei Federal nº 8.666/93, de 22 de junho de 1993, e alterações posteriores, declara que não pretende recorrer da decisão dessa Comissão que julgou os documentos de habilitação, renunciando expressamente ao direito de recurso da fase habilitatória e ao respectivo prazo e concordando com o prosseguimento do procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de proposta de preço dos proponentes habilitados.

Itapeçerica/MG, ____ de _____ de 2013.

Assinatura de sócio ou representante legal da empresa sobre carimbo



ANEXO V
MODELO DE ENQUADRAMENTO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE,
NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 135/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2013

TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: O objeto desta licitação é selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de empresa de Prestação de Serviços Contábeis e Consultoria Contábil para a Prefeitura Municipal de Itapeçerica.

A licitante _____, CNPJ nº. _____, com sede na Rua _____, nº _____, Bairro _____, CEP _____ em _____/____ declara, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos para configuração como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, estabelecidos na Lei Complementar 123/2006.

_____, ____ de _____ de 2012.

Carimbo da Empresa:

Assinatura do Representante Legal: _____

Cargo: _____



ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 135/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2013

TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: O objeto desta licitação é selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de empresa de Prestação de Serviços Contábeis e Consultoria Contábil para a Prefeitura Municipal de Itapeçerica.

Declaramos expressamente que a empresa _____, registrada no CNPJ sob o nº _____, é idônea para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

_____, __ de _____, de 2012.

Assinatura e carimbo da empresa



**ANEXO VII- MODELO DE DECLARAÇÃO QUE ATENDE AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº.
9.854/99**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 135/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2013

TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO. O objeto desta licitação é selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de empresa de Prestação de Serviços Contábeis e Consultoria Contábil para a Prefeitura Municipal de Itapeçerica.

A Empresa -----, estabelecida à Rua -----
-----, nº -----, Bairro -----, -----, devidamente inscrita no CNPJ
sob o nº -----, por seu representante legal o(a) sócio(a) -----
-----, portador(a) da Carteira de Identidade nº -----, CPF nº -----
-----, declara para os devidos fins do disposto no inciso V do Artigo 27 da Lei 8.666, de
21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não empresa
menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos, perigosos ou insalubre e ainda que não
emprega menores de 16 (dezesseis) anos. Declara ainda que (emprega ou não emprega)
maior (ES) de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Por ser verdade e sob as penas da Lei,

firmo a presente declaração.

Local e data

(nome da empresa e assinatura do representante legal, devidamente identificado).